



EM DEFESA DA PT, DOS SEUS TRABALHADORES E DA SOBERANIA NACIONAL

No dia 20 de Setembro, foi dado na Assembleia da República mais um passo na longa luta para travar a Altice, defender a PT e os seus trabalhadores: Foram aprovados, na generalidade, quatro projecto-lei de alteração ao Código de Trabalho, de PCP, BE, PS e PAN, com os votos favoráveis destes 4 partidos e a oposição de PSD E CDS. Abre-se agora em Comissão um espaço para a fusão das propostas, que deverá levar à rápida aprovação final de um conjunto de alterações que clarifiquem os direitos dos trabalhadores e as responsabilidades das entidades patronais em processos de transmissão de estabelecimento, e que ainda dificultem a utilização fraudulenta do princípio.

Dois dias antes, a 18 de Setembro (foto), Jerónimo de Sousa, Secretário-Geral do PCP havia recebido na Assembleia da República as ORT da PT. Aproveitamos este comunicado para vos transmitir os excertos mais relevantes da sua intervenção na reunião.



Excertos da Intervenção de Jerónimo de Sousa, 18 Setembro 2017, Reunião com ORT da PT/MEO

«A política de privatizações e de liberalização da economia serve unicamente os interesses das multinacionais, foi decidida pelas multinacionais, foi imposta pelas multinacionais, e foi concretizada em Portugal por sucessivos governos do PS, PSD e CDS.

«É neste caminho e nesta opção que está a raiz do problema que hoje afecta a PT e os seus trabalhadores, como é neste caminho e nesta opção que radicam muito dos problemas estruturais do país.

«É por isso que o PCP fala da necessidade de uma ruptura com a política de direita, de uma ruptura com esse caminho e essas opções, por uma política patriótica e de esquerda.

«A PT é o mais recente exemplo das consequências desastrosas para o país e para os trabalhadores das privatizações e da chamada liberalização. Aquela que já foi a maior empresa nacional está a ser conduzida à destruição. Portugal está a perder a principal empresa de um sector estratégico para o País, milhares de postos de trabalho directos e indirectos e uma assumida vanguarda tecnológica. O Estado perdeu o comando estratégico da PT e do sector, assim como perdeu a receita dos seus dividendos e significativas receitas fiscais.

«Os que se apropriaram da PT receberam quase 15 mil milhões de euros de dividendos, desde o ano 2000, e o grande capital utiliza o sector liberalizado das telecomunicações como fonte de rendas extorquidas ao povo português,

como instrumento de dominação ideológica e política e como terreno para a promoção da precariedade, dos baixos salários e duma crescente exploração dos trabalhadores.

«É para este debate de fundo que o Projecto de Resolução do PCP convoca, e nós levaremos esse debate à Assembleia da República brevemente.»

«A actual fase de liquidação da PT, agora sob o controlo da multinacional Altice, é dirigida directamente contra os seus trabalhadores.

«A Altice está há meses numa gigantesca operação de chantagem, repressão e assédio sobre os trabalhadores da PT. Com o objetivo de maximizar os seus lucros, a multinacional decidiu despedir alguns milhares de trabalhadores da PT, libertando-se de um conjunto de encargos assumidos, e que já existiam quando comprou a empresa.

«A Altice conta arrecadar alguns milhares de milhões de euros, libertando-se dos encargos com três mil trabalhadores e das responsabilidades com um número idêntico de pré-reformados. Há meses que coloca centenas de trabalhadores em salas de “disponíveis” de uma “unidade de suporte”, mantendo-os sem ocupação ou atribuindo-lhes funções completamente inadequadas e inaceitáveis, chantageando esses trabalhadores e usando-os como mecanismo de assédio sobre outros, a todos tentando impor rescisões supostamente “amigáveis” e de “baixo custo”.



«O processo de repressão e assédio acelerou-se com a fraude assente na utilização abusiva das regras da transmissão de estabelecimento. A empresa montou múltiplas operações fraudulentas, onde simulou transmissões de estabelecimentos, e está a tentar realizar a transmissão compulsiva de trabalhadores para prestadores de serviços e outras empresas similares.

«Como temos dito desde o início deste processo, o Código de Trabalho e a Constituição da República não permitem que a multinacional faça o que está a fazer. Isto significa que mesmo com o actual Código do Trabalho, e independentemente da sua necessária alteração, a Altice pode e deve ser travada.

«O relatório da Autoridade para as Condições do Trabalho, entretanto tornado público, é revelador da dimensão dos abusos e das ilegalidades cometidas a mando da Altice: considera existir “evidência de situações de assédio”; aponta para “comportamentos repetidos, indesejados e humilhantes com potencial para causar danos na integridade moral” dos trabalhadores; denuncia a “violação de disposições constantes de Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho”; encontrou situações de “falta de pagamento pontual de retribuição”; aponta a não “reintegração de trabalhador após despedimento ilícito”; acusa de não estarem a ser asseguradas “as obrigações para com a segurança e saúde no trabalho”; penaliza ainda diversas outras falhas menores.

«A ACT aplicou multas de até 4,8 milhões de euros à Altice. Mas não basta aplicar multas que, sendo reveladoras da dimensão das práticas ilegais da multinacional, são simplesmente transformadas pela Altice num custo na sua contabilidade. É preciso travar estas práticas e colocar a força do Estado português ao lado dos trabalhadores e do interesse nacional.

«O Governo tem-se limitado a um conjunto de declarações, fugindo a assumir as suas responsabilidades executivas e políticas. Nós continuaremos a exigir não só palavras mas uma intervenção activa em defesa dos trabalhadores e do interesse nacional.»

«O Relatório da ACT foge a avaliar o carácter fraudulento da utilização pela multinacional da figura da transmissão de estabelecimento, transferindo a responsabilidade por essa avaliação para os tribunais. É uma forma de adiar o problema e dar campo para que a Altice transforme em facto

consumado o que quer impor. É com isso que conta a multinacional.

«Não se pode ficar à espera. Impõe-se que se retirem as consequências imediatas e se transmita à multinacional agora uma mensagem clara: basta! E se esta mensagem não for compreendida, que se accionem todos os instrumentos políticos (incluindo o do controlo público da empresa), que travem os desmandos e arbitrariedades da Altice.

«Conhecidos que são os compromissos com o grande capital de que o actual governo insiste em não se libertar, é a crescente luta dos trabalhadores, e o crescente apoio que essa luta encontra no conjunto da população, que podem conduzir a que o governo do PS tome as medidas concretas e inadiáveis, que travem um conjunto de comportamentos da multinacional e a obriguem a abandonar as suas práticas mais agressivas e ilegais.

«A luta dos trabalhadores tem neste caminho um papel decisivo, como ficou demonstrado na grande manifestação de 21 de Julho e em todo o processo de luta que os trabalhadores da PT têm protagonizado nos últimos meses.

«No dia 20 de Setembro, a Assembleia da República irá discutir projectos de lei que procuram clarificar o conceito de transmissão de estabelecimento no código do trabalho. Um desses projectos, como sabeis, foi apresentado pelo PCP.

«Não sendo a questão central no processo de luta para travar a Altice, acreditamos que estas alterações poderão ser úteis nessa luta e no travar das intenções fraudulentas similares de outras multinacionais.

«Pela nossa parte: procurámos alargar as garantias de manutenção de todos os direitos contratuais e adquiridos e de aplicação dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho em vigor à data da Transmissão de Empresa ou Estabelecimento; procurámos tornar expressas as garantias ao direito de oposição; e procurámos incluir um conjunto de mecanismos que dificultassem a fraude.»

«Como sempre sublinhamos em cada reunião, os trabalhadores da PT podem continuar a contar com o apoio do PCP e do Grupo Parlamentar do PCP à sua justa luta. Mas são a unidade e a luta dos trabalhadores os factores decisivos para defender a PT e os direitos dos seus trabalhadores.»

1 de Outubro - Eleições Autárquicas 2017

CDU *A Força Necessária*

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV

